

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE PSICOLOGIA**

NATHALIA MARTINS SILVA

**ANÁLISE SIMBÓLICA DA LEI MARIA DE PENHA COMO FATOR DE PROTEÇÃO
PSÍQUICA EM MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA.**

**CRICIÚMA
2023**

NATHALIA MARTINS SILVA

**ANÁLISE SIMBÓLICA DA LEI MARIA DE PENHA COMO FATOR DE PROTEÇÃO
PSÍQUICA EM MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA.**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Nathalia Martins Silva no curso de Psicologia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador(a): Prof. (ª) Anita Mussi

CRICIÚMA

2023

NATHALIA MARTINS SILVA

**ANÁLISE SIMBÓLICA DA LEI MARIA DE PENHA COMO FATOR DE PROTEÇÃO
PSÍQUICA EM MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA.**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Psicologia, no Curso de Psicologia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa bibliográfica.

Criciúma, 23 de Novembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Anita Mussi - (UNESC) - Orientadora

Prof. Maicol Brognoli - (UNESC)

Prof. Rosimeri Vieira - (UNESC)

Dedico este trabalho em especial para o meu pai, Paulo Tito, que tornou possível a realização da minha formação acadêmica e continuou a me motivar mesmo após fazer a sua passagem...

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a professora e orientadora Anita Mussi, que me guiou durante a formação acadêmica e conduziu as orientações através de trocas enriquecedoras que possibilitaram a minha formação dentro da abordagem junguiana. Foi uma grande honra ser orientanda de uma pessoa que admiro.

Também quero agradecer a minha família de sangue e de coração, a minha mãe que continuou me auxiliando para que eu pudesse concluir a faculdade mesmo após perder meu pai e, as minhas amigas, que sempre me motivaram e me acolheram nos momentos de dificuldade. Meu filho também merece um destaque, apesar de ser um dos motivos que prolongou mais ainda a minha formação acadêmica, também foi meu maior incentivo para continuar estudando.

Quero agradecer também a toda equipe do Centro de Referência da Mulher Priscila Selau, em Torres-RS. Equipe de profissionais que se empenha todos os dias na luta pelos direitos das mulheres e pela reinserção das vítimas de violência doméstica na sociedade. Abriram as portas e me acolheram como parte da equipe, contribuindo para a minha experiência prática dentro deste campo de atuação da psicologia.

RESUMO

A violência doméstica é uma das consequências da desigualdade de gênero, podendo acarretar diversos danos, principalmente no campo psicológico das mulheres que foram vítimas desta forma de violação dos direitos humanos. Para combater esta forma de violência o Brasil, com a criação da Lei Maria da Penha, que se tornou um marco no país e ganhou notoriedade em todo o mundo, gerou estratégias em vários níveis de atuação, visando coibir a violência doméstica bem como a própria violência de gênero. As experiências dos estágios durante a formação acadêmica possibilitaram uma visão ampliada acerca da necessidade de compreensão da Lei Maria da Penha para além dos fatores puramente constitucionais. No decorrer da análise simbólica vai-se compreendendo como a lei pode ser introduzida como um fator de proteção psíquica para as mulheres que enfrentam a situação de violência doméstica. O trabalho de conclusão de curso se deu por meio da pesquisa bibliográfica de caráter exploratório, através de uma abordagem qualitativa que possibilitou a compreensão dos fatores psicológicos que vão intervindo no decorrer da análise da lei. Ao final do trabalho serão propostas estratégias de intervenção para o psicólogo, bem como toda equipe multiprofissional, que atua nos Centros de Referência da Mulher.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha. Psicologia Feminina. Direito das Mulheres. Direitos Humanos. Violência de Gênero. Violência Doméstica. Medida Protetiva.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CRM: Centro de Referência da Mulher

CFP: Conselho Federal de Psicologia

SUMÁRIO

1 JUSTIFICATIVA.....	2
1.1 TEMA.....	3
1.2 PROBLEMA.....	3
1.3 OBJETIVOS.....	4
1.4.1 Objetivo Geral	4
1.4.2 Objetivos Específicos	4
2 METODOLOGIA	4
2.1 TIPO DE PESQUISA	4
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	6
3.1 O FEMININO COMO CONSTRUÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL.....	6
3.2 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	11
3.2.1 O ciclo da violência	11
3.2.2 O direito das mulheres	13
3.3 A LEI MARIA DA PENHA	16
3.4 A PSICOLOGIA NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	18
3.5 UMA ANÁLISE SIMBÓLICA DA LEI MARIA DA PENHA	19
3.5.2 Os estágios psicológicos do conto da donzela sem mãos	21
3.5.3 O estágio do pacto sem o conhecimento	24
3.5.4 O estágio da mutilação.....	27
3.5.5 Estágios da perambulação e do encontro com o amor no outro mundo. ...	31
3.5.6 O estágio de tormento da alma.	36
3.5.7 Os estágios do reino de mulher selvagem e do noivo e noiva selvagens.	41
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS.....	48

1 JUSTIFICATIVA

A violência de gênero se expressa de diversas formas não apenas através da violência física, indefere de classe social e idade, sendo assim, boa parte das mulheres já vivenciou ou conhece alguém que passou por alguma das formas de violência: seja através do assédio, da violência institucional, psicológica, ou chegando em casos mais extremos como no feminicídio.

Quanto a violência doméstica, que constitui uma das formas de violência de gênero, costuma ocorrer de forma cíclica, apresentando padrões de comportamentos principalmente por parte do agressor. Porém, esses padrões podem ser rompidos quando reconhecidos pela vítima, desta forma, levando a recorrer aos seus direitos garantidos pela Lei Maria da Penha através das instituições e profissionais capacitados que prestam os serviços de proteção e apoio. Com o auxílio destes locais e de profissionais especializados, estas mulheres são orientadas sobre os processos garantidos pela lei e acolhidas de forma que possibilite a reinserção destas mulheres na sociedade.

Através das experiências vivenciadas nos estágios B e E no Centro de Referência da Mulher em Torres-RS, nos primeiros semestres dos anos de 2022 e 2023, pode-se observar na prática o funcionamento das redes de apoio para as mulheres em situação de violência doméstica, no que diz respeito as instituições colaboradoras, as vivências dentro da instituição e as experiências de vida das usuárias deste local. Os serviços das redes de atendimento implicam na identificação dos casos, levantamento de demandas, delineamento dos encaminhamentos, bem como a realização de intervenções que possibilitem a garantia dos direitos e a proteção social das mulheres que se encontram em situação de violência.

Em comum, todas as vítimas de violência doméstica são protegidas mediante a Lei Maria da Penha, através da medida protetiva contra o agressor. A proposta do Trabalho de Conclusão de Curso II consiste em uma análise simbólica da Lei Maria da Penha, tendo como referência principal o conto A donzela sem mãos, apresentado por Clarissa Pinkola Estés no livro Mulheres que correm com os lobos (2018). Este conto é dividido e analisado em sete fases do processo de conscientização da psique feminina, para a autora o conto retrata “o percurso de toda

a vida de uma mulher” (2018, p. 435). Por se tratar de um conto que traz a narrativa de uma violência doméstica e familiar, possibilitou compreender as fases descritas pela autora e relacionar com diversos aspectos descritos na lei.

Portanto, este conto proporcionou compreender a lei de forma simbólica. No decorrer da pesquisa buscou-se relacionar os conteúdos e as figuras apresentadas no conto com descrições importantes que a lei apresenta.

Desta forma, pretende-se compreender o significado psicológico da medida protetiva e como isto pode se tornar um recurso psicológico de proteção física e social para as mulheres em situação de violência doméstica. Com isto, busca-se contribuir para o desenvolvimento de estratégias de intervenção para o período de acompanhamento psicossocial das usuárias dos Centros de Referência da Mulher.

1.1 TEMA

Análise simbólica da Lei Maria da Penha como recurso de proteção psíquica nas mulheres em situação de violência doméstica.

1.2 PROBLEMA

Podemos observar que a desigualdade entre os gêneros foi se estabelecendo no decorrer do desenvolvimento da estrutura patriarcal como conhecemos atualmente. Isto reflete na sociedade e principalmente nas mulheres uma assimetria entre os gêneros que é naturalizada, mas que deve ser reconhecida e combatida. A mulher que sofreu com a violência de gênero, em específico a violência doméstica e familiar, pode buscar ressignificar suas vivências, procurando se reestruturar e se readaptar as novas percepções e comportamentos que irão refletir em suas novas vidas.

Sendo assim, seria possível compreender e fortalecer os mecanismos psicológicos de proteção das mulheres que foram vítimas de violência de gênero, através de uma perspectiva simbólica da Lei Maria da Penha?

1.3 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Geral

Desenvolver uma compreensão simbólica sobre a Lei Maria da Penha como um recurso de defesa psíquica para as vítimas de violência doméstica.

1.4.2 Objetivos Específicos

1. Identificar padrões de comportamento comuns entre mulheres vítimas de violência doméstica;
2. Compreender os significados psicológicos da medida protetiva e o processo de conscientização das mulheres vítimas de violência doméstica;
3. Propor possíveis estratégias de intervenção para o atendimento psicológico nos Centros de Referências da Mulher;

2 METODOLOGIA

2.1 TIPO DE PESQUISA

O procedimento metodológico utilizado como base para a estruturação deste trabalho é a pesquisa bibliográfica, que possibilita um alcance amplo das informações, permitindo que se utilizem dados dispersos que auxiliem na construção e definição do quadro conceitual no qual está inserido a proposta de estudo (LIMA; MIOTO, 2007. Apud GIL, 1994). Além disto, Lima e Miotto (2007), ressaltam que este tipo de pesquisa requer uma maior atenção aos objetivos propostos e aos pressupostos que circundam o estudo, para que assim, venha a se realizar uma observação epistemológica, e contribuem:

No caso da pesquisa bibliográfica, a leitura apresenta-se como a principal técnica, pois é através dela que se pode identificar as informações e os dados contidos no material selecionado, bem como verificar as relações existentes entre eles de modo a analisar a sua consistência (LIMA; MIOTO, 2007, p. 41).

Através da abordagem qualitativa e do caráter exploratório, busca-se compreender os fenômenos e analisá-los de forma integrada, assim, coletando os dados necessários de forma a fornecer um entendimento mais dinâmico do fenômeno pesquisado, sobre isto, Godoy (1995) coloca:

Considerando, no entanto, que a abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques. Nesse sentido, acreditamos que a pesquisa documental representa uma forma que pode se revestir de um caráter inovador, trazendo contribuições importantes no estudo de alguns temas. Além disso, os documentos normalmente são considerados importantes fontes de dados para outros tipos de estudos qualitativos, merecendo portanto atenção especial (GODOY, 1995, p. 21).

Para Minayo (2012), uma análise qualitativa tende a compreender e interpretar o objeto de estudo, de forma que a interpretação é um ato contínuo que está presente e, também sucede a própria compreensão, sendo assim, interpretar é elaborar todas as possibilidades que são projetadas no que foi compreendido.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 O FEMININO COMO CONSTRUÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL

Através de uma revisão histórica e etnográfica, sob a luz de uma filosofia existencial, podemos compreender como foi se estabelecendo com o passar dos tempos e em diversas culturas a hierarquia entre os sexos. Por conseguinte, quando há uma soberania presente entre duas categorias, ambas buscando sustentar as suas reivindicações, através da hostilidade ou da amizade, acaba-se criando entre elas uma relação de tensão ou reciprocidade. Assim, quando uma destas categorias é privilegiada, surge a relação de dominação, mas o lado privilegiado sempre busca manter a sua posição através da opressão do seu contrário (BEAUVOIR, 2009).

Segundo Campbell (2015), o feminino e o masculino foram sendo representados de formas diferentes no período Paleolítico, sobretudo entre o sul da França e o norte da Espanha entre 30.000 e 10.000 a.C., localizou-se em áreas que costumavam servir de abrigos para as tribos algumas pequenas estatuetas muito similares à figura que conhecemos como “Vênus”. Já o masculino, era representado através das imagens pintadas em grandes cavernas, por figuras semelhantes aos xamãs, estes eram considerados locais de rituais propriamente masculinos. Neste período a mulher inicialmente era vista como uma guardiã do lar, a mãe da maturidade e da vida espiritual, mas também mantinha uma relação com as cavernas, pois estes locais serviam para rituais de renascimento e a mulher, vista como provedora do nascimento da vida, também era reconhecida como provedora do renascimento espiritual (CAMPBELL, 2015). Acerca disto, Jung (2008, p.169) discorre:

O ritual, seja de grupos tribais ou de sociedades mais complexas, insiste sempre nesse rito de morte e renascimento, isto é, um “rito de passagem” de uma fase da vida para outra, seja durante o amadurecimento da infância ou do início para o final da adolescência e daí para a maturidade.

Na vida quando constituída por tribos caçadoras e coletoras, enquanto as mulheres eram encarregadas de colher alimentos e pegar animais de pequenos portes, os homens cumpriam o papel de caçar e defender as mulheres e sua tribo de predadores e possíveis saques de outras tribos (CAMPBELL, 2015). Desta forma, o autor discorre que “há evidências de que entre as duas magias, do lado feminino e do

masculino da vida primitiva dos caçadores e coletores, havia não apenas alguma tensão, mas também por vezes, um irromper de violência física” (CAMPBELL, 2015, p. 20).

A partir da fixação dos povos nômades em regiões que viriam a originar o sistema de agricultura, e conseqüentemente as instituições e os direitos, o homem como ser humano começa a externar-se sob a forma com quem pensa o mundo e a si mesmo, bem como a forma com que se impõe a este mundo. Assim, essa estrutura de coletividade revelou um caráter singular de diferenciação sexual, pois através destas comunidades agrícolas a mulher pôde adquirir um potencial prestígio pela sua função sagrada (BEAUVOIR, 2009). Sobre isto, discorre:

À concepção das tribos nômades, para as quais não existe senão o instante, a comunidade agrícola substitui a de uma vida arraigada no passado e anexando-se o futuro: venera-se o antepassado totêmico que dá seu nome aos membros do clã e o clã vota um interesse profundo a seus descendentes, pois sobreviverá através do solo que lhe lega e que eles explorarão. A comunidade pensa sua unidade e quer sua existência além do presente: reconhece-se nos filhos, reconhece-os como seus, neles se realiza e se supera (BEAUVOIR, 2009, p. 106).

Desta forma, os clãs que eram unidos por um tótem em comum possuíam e compartilhavam misticamente do mesmo mana (BEAUVOIR, 2009). Jung (2013), traz uma fala importante sobre o conceito de mana:

Mana é um poder medicinal ou curativo, que existe em toda parte, fertiliza o homem, o animal e a planta, e dá força mágica ao chefe da tribo e ao curandeiro. O conceito de Mana identifica-se com algo de 'extraordinariamente eficaz', como prova Lehmann, ou é pura e simplesmente aquilo que impressiona. Portanto, tudo o que impressiona é 'medicina' na escala primitiva (JUNG, 2013, p. 16).

Portanto, as estatuetas e imagens que representavam a figura da Mãe Terra tinham um significado espiritual muito relevante para os povos mais primitivos. Deste modo, “a magia feminina é, portanto, básica e natural. O masculino, por outro lado, é sempre representado em algum papel, desempenhando uma função, fazendo algo” (CAMPBELL, 2015, p. 18).

As manifestações do feminino no período Neolítico foram através da figura da Mãe Terra, pois, segundo Campbell (2015, p. 33) “da terra brota a vida, e a terra sustém a vida, portanto, seus poderes são análogos aos da mulher”. Para Jung (2008), a figura primitiva da Mãe Terra é semelhante a Grande Mãe, ou ao que conhecemos

atualmente através da física como a “matéria”, este princípio arquetípico que contém e expressa um profundo sentido emocional, e o fundamento oposto disto se dá pela figura do “Pai Nosso” ou “Pai de Todos”.

Entre a maioria dos povos primitivos, acreditava-se que a lua tinha uma grande relação com as mulheres, chamada por algumas tribos de “Senhor-das-mulheres”, considerando não apenas a fonte provedora de vida nas mulheres, mas como protetora das atividades que desempenhavam. Nestas tribos as mulheres eram encarregadas das atividades que envolviam a natureza, pois acreditava-se que as fases dos ciclos lunares também acompanhavam o ciclo menstrual das mulheres, desta forma, a lua teria uma grande influência no poder de fertilidade da mulher (HARDING, 1985).

Sobre os ritos de iniciação ou renascimento, por vezes demonstra-se uma temática de submissão, acerca disto, no livro *O homem e seus símbolos*, Jung (2008, p. 173) introduz essa temática em um parágrafo importante, para compreendermos melhor:

O tema da submissão como uma atitude essencial ao sucesso do rito de iniciação pode ser claramente percebido quando se trata de meninas ou de mulheres. O seu rito de transição demonstra, a princípio, a sua passividade absoluta, reforçada pela limitação psicológica à autonomia, que lhes é imposta pelo ciclo menstrual. Já se supôs que o ciclo menstrual seja parte mais importante da iniciação feminina, na medida em que tem o poder de despertar um sentido profundo de obediência ao poder criador de vida. Assim, a jovem aceita de bom grado as suas funções de mulher, do mesmo modo que o homem aceita o papel que lhe cabe na vida comunitária do seu grupo.

Simone de Beauvoir (2009), no livro *O Segundo Sexo*, traz uma ampliação de conhecimento acerca de alguns aspectos históricos e sociais que encontramos, por exemplo, nas etnografias, agregando para uma importante discussão sobre como o feminino foi sendo compreendido e influenciado diretamente através dos tempos e do desenvolvimento de um patriarcado. O patriarcado, segundo o Conselho Federal de Psicologia (2012, p. 32) é:

“(...) um conceito utilizado por algumas vertentes do movimento feminista para se referir a um sistema de dominação e exploração das mulheres modelado por uma ideologia machista construída historicamente e socialmente, que condiciona o homem a dominar e a mulher a subjugar-se a essa dominação”.

Para elucidar alguns dos aspectos abordados, Beauvoir (2009) cita o exemplo das amazonas, que mutilavam seus seios como uma forma de negar a sua maternidade durante o período em que guerreavam e participavam ativamente nas expedições.

O período gestacional, o parto, a maternidade e até mesmo a menstruação diminuía a capacidade de trabalho da mulher, sendo “condenada” a períodos de impotência, pois em tempos mais remotos a mulher necessitava da proteção e do trabalho do homem para sustentar a prole. Desta forma, os trabalhos domésticos que eram conciliáveis com a maternidade acabavam por estagnar a mulher, perpetuando de forma quase que idêntica através de tempos a não produção do novo (BEAUVOIR, 2009). Para compreender melhor, a autora faz a seguinte citação em sua obra; “A razão está em que a humanidade não é uma simples espécie natural: ela não procura manter-se enquanto espécie; seu projeto não é a estagnação: ela tende a superar-se” (BEAUVOIR, 2009, p. 101). Portanto, a autora ainda elucida:

“A maior maldição que pesa sobre a mulher é estar excluída das expedições guerreiras. Não é dando a vida, é arriscando-a que o homem se ergue acima do animal; eis por que, na humanidade, a superioridade é outorgada não ao sexo que engendra, e sim ao que mata. [...] É transcendendo a Vida pela Existência que o homem assegura a repetição da Vida: com essa superação, ele cria valores que denegam qualquer valor à repetição simples. (BEAUVOIR, 2009, p. 103)

O mito do herói tem uma função psicológica de desenvolvimento da consciência do ego: “Isto é, a imagem do herói evolui de maneira a refletir cada estágio de evolução da personalidade humana” (JUNG, 2008, p. 144). Esses personagens são considerados como representações simbólicas da totalidade da psique, através das fases de um mito, o herói se desenvolve e vai tendo conhecimento sobre as suas forças e suas fraquezas. A luta que se trava para alcançar a consciência se dá entre as tarefas que vão se apresentando e é representado muitas vezes pelo conflito entre o ego e a sombra, assim:

“Como regra geral, pode-se dizer que a necessidade de símbolos heroicos surge quando o ego necessita fortificar-se – isto é, quando o consciente requer ajuda para alguma tarefa que não pode executar sozinho ou sem uma aproximação das fontes de energia do inconsciente” (JUNG, 2008, p. 158).

A representação do mundo é descrita pelos homens através de um ponto de vista típico e próprio, considerado ainda como uma verdade absoluta as mulheres não são tão bem representadas em mitos viris e heroicos, seus papéis normalmente são secundários e não lhe pertencem de forma exclusiva. Um exemplo disto se dá com o cristianismo e a influência da lenda de Gênese que ainda se reflete na atual civilização ocidental (BEAUVOIR, 2009):

“Eva não foi criada ao mesmo tempo que o homem; não foi fabricada com uma substância diferente, nem com o mesmo barro que serviu para moldar Adão: ela foi tirada do flanco do primeiro macho. Seu nascimento não foi autônomo; Deus não resolveu espontaneamente cria-la com um fim em si e para ser por ela adorado em paga: destinou-a ao homem. Foi para salvar Adão da solidão que ele lhe deu, ela tem no esposo a sua origem e seu fim; ela é seu complemento no modo inessencial. E assim ela surge como uma presa privilegiada. É a natureza elevada à transparência da consciência, uma consciência naturalmente submissa” (BEUVOIR, 2009, p. 209)

Campbell (2015, p.48) acredita que a imagem da Virgem para os católicos é uma figura de adoração que serve como mediadora, manifestando a figura casta, e como cita “mantém-se a mulher em seu devido lugar”. Além disto, Von Franz também colabora com este pensamento no seguinte trecho:

“Fazer leis e decidir sobre as penas em que incorrem os que não as observam é a maneira masculina de tratar o problema da justiça. Porque nossas leis são baseadas no Código Romano e na mentalidade patriarcal, geralmente vamos a punição como pertencente ao mundo masculino, ao passo que a caridade e a exceção seriam ligadas ao princípio feminino. Na Idade Média, a Virgem Maria era às vezes representada cobrindo os pecadores com seu manto: aqueles que, segundo a lei divina, deveriam ir para o Inferno ou para o Purgatório viam, graças a ela, sua sorte atenuada. O fato de que os homens editam leis e tratam dos problemas mundiais de que cabe às mulheres pedir clemência, segue o velho modelo familiar patriarcal em que o pai castiga e exige trabalho e esforço e a mãe solicita a indulgência; mesmo quando esse princípio não é mais aplicado, permanece, apesar de tudo, como modelo. A justiça e a punição, no mundo masculino, estão ligadas à noção de leis estatísticas, a justiça, para nós, significa que, em se tratando de um mesmo delito, a pena deve ser igual para todos; não é nenhuma exceção, a menos que haja uma regulamentação prevista” (VON FRANZ, 1995, p. 59).

Beauvoir (2009, p. 210) diz que “todo mito implica um Sujeito que projeta suas esperanças e seus temores num céu transcendente”. Além disto, a função do mito para Campbell (2015, p. 51), é de “sincronia com nós mesmos, com nosso grupo social e com o ambiente no qual vivemos”.

Sendo assim, as mulheres voltam-se para suas buscas individuais, para as suas conquistas e realizações pessoais, no qual, não há modelos femininos. Portanto,

estaria libertando-se de um velho modelo arquetípico que traz ênfase para seus papéis biológicos, no qual a sua psique foi constituída e de certa forma contínua arraigada (CAMPBELL, 2015)

“Muitas das dificuldades que as mulheres enfrentam atualmente decorrem do fato de estarem adentrando um campo de ação no mundo que antes estava reservado aos homens, e para qual não há modelos mitológicos femininos” (CAMPBELL, 2015, p. 17).

Se observarmos através da perspectiva do plano coletivo, podemos compreender que fatores relevantes da vida psíquica feminina foram recalcados por uma “censura inconsciente”, pois os pressupostos difundidos da civilização patriarcal que refletem posicionamentos e atitudes estão tradicionalmente estabelecidos entre “o Bem, a Atividade, o Espírito e o Homem de um lado, e o Mal, a Passividade, a Matéria e a Mulher do outro lado” (VON FRANZ, 1995, p. 74):

“Na busca religiosa, homens e mulheres – sobretudo aqueles que vivem nas sociedades ocidentais cristãs modernas – ainda estão dominadas pelas tradições primitivas que lutam entre si por supremacia. É um conflito entre crenças pagãs e cristãs, ou, pode-se dizer também, um conflito entre o renascimento e a ressurreição” (JUNG, 2008, p. 193).

A partir de um olhar histórico-social, utilizando a análise simbólica e compreendendo as figuras que serão apresentadas, será elucidado melhor como isto vem se refletindo atualmente. Buscando compreender e apresentar alguns dos aspectos da psique das mulheres, reforçando o pertencimento da mulher como ser subjetivo, mas também através das estruturas culturais e sociais. A seguir será introduzido o conteúdo de forma a compreender melhor os aspectos envolvidos na violência contra a mulher.

3.2 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

3.2.1 O ciclo da violência

As características do caráter cíclico da violência doméstica foram identificadas por Leonor Walker (1979, apud CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2012). De

acordo com o autor é evidente um certo padrão que se gera no ciclo da violência, ocorrendo em três fases, sendo estas a fase de tensão, explosão e lua de mel.

São diversos os fatores que costumam provocar este padrão cíclico na violência doméstica, uma das causas que mais suscita estes aspectos se daria por conta do vínculo afetivo e as promessas de mudanças por parte do companheiro, que costumam acontecer durante a fase da lua de mel. Durante esta fase há algumas mudanças temporárias no comportamento do agressor e são acompanhadas de demonstrações de afeto, isto acaba contribuindo com a permanência da mulher no relacionamento (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2012).

Na primeira fase do ciclo, onde há tensão entre os pares, acontecem os insultos verbais e agressões não tão intensas. A fase seguinte caracteriza as explosões, gerando um aumento da tensão psicológica e das agressões, é nesta fase que costumam ocorrer as agressões físicas, podendo até mesmo levar ao feminicídio. A terceira fase considerada a lua de mel por ser marcada por um período de reconciliação, onde presencia-se um comportamento de arrependimento e extrema gentileza por parte do companheiro. Durante os episódios de violência psicológica as ameaças e humilhações podem também ser dirigidas aos familiares, principalmente aos filhos (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2012).

É importante ressaltar que a descrição e classificação deste fenômeno como cíclico pode acabar propagando uma lógica generalizadora sobre a violência doméstica, tendo em vista a exclusão de fatores relevantes como os contextos culturais e políticos, bem como a especificidade de cada caso (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2012).

São múltiplos os fatores que causa a permanência da mulher na situação de violência. A presença de um certo padrão de vida gerado por esses comportamentos sistemáticos é um fator que causa na mulher uma modificação na percepção sobre a situação de violência, que pode tolerar as agressões por considerar momentos isolados de crises conjugais. Cada caso tem sua complexidade e suas particularidades, podendo levar um tempo até que a mulher tenha consciência da gravidade da situação em que se encontra, da mesma forma, a mulher também pode estar sendo coagida pelo parceiro à não tomar nenhuma atitude (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2012). Além disto:

“Vários conflitos internos estão relacionados à subalternidade da mulher na sua própria situação de violência. Ela tem medo de que o companheiro seja preso, nutre sentimentos de culpa e vergonha pela situação em que vive, tem receio de perder o provimento financeiro, afetivo e patrimonial, bem como a guarda dos filhos. Isso faz com que ela procure justificar as atitudes do autor de violência com argumentos como ciúme, proteção, estresse e uso de bebidas alcoólicas” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2012, p. 70).

Sendo assim, a denúncia normalmente ocorre nos casos extremos quando a situação oferece prejuízos e principalmente riscos à vítima ou as pessoas que convivem com o casal, de forma mais específica aos filhos (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2012).

3.2.2 O direito das mulheres

Segundo o Conselho Federal de Psicologia (2012), a violência faz parte da história de muitas mulheres, remonta aos primórdios da organização social humana, podendo ocorrer desde a infância, entre os familiares. É gerada principalmente pelas figuras masculinas e pode ser vivenciada novamente através de um companheiro. A mulher costumava ter papéis bem determinados, de forma restrita ao lar e considerada apenas como figura de mãe e esposa. Sendo assim, tornaram-se vítimas de processos ancestrais de exclusão social, através da discriminação e da violência que ainda ocorre dentro de suas casas, assim, dificultando meios que possibilitem identificar as agressões. Além do mais:

(..) é importante ainda ressaltar que a violência contra a mulher é um mecanismo que resulta em injustiça e, ao mesmo tempo, reproduz as desigualdades históricas entre homens e mulheres, já que mantêm as mulheres, vítimas de violência distantes das fontes de poder e dos recursos econômicos, políticos, sociais e culturais. Assim, a violência contra a mulher está assentada em um amplo conjunto de valores, normas e símbolos culturais, compartilhado igualmente entre homens e mulheres, o que lhe oferece grande legitimidade social e exige a implementação de políticas e ações especificamente voltadas para sua erradicação. A violência contra a mulher também se constitui em um problema judiciário na medida em que, após o reconhecimento da violação de direitos, devem se seguir medidas reparadoras das consequências negativas da agressão e restauradoras da justiça. Finalmente, é um problema ético na medida em que discute o tipo de sociedade almejada por todos e questiona as formas de conduta e interação social aceitas e toleradas (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2012, p. 32).

No Brasil, a partir da década de 1930 grande parte da população de mulheres iniciou sua jornada de trabalho, buscando espaços de inserção social, o que contribuiu para a luta, através da participação social, em busca da ampliação de seus direitos. Durante este período, a violência contra a mulher conseqüentemente se ampliou, passando do âmbito privado para o público (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2012).

Um marco considerado inicial foi a partir da criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada em 1948, após o período do nazismo. Já no Brasil, um marco revolucionário para a criação de futuras políticas públicas para as mulheres foi através da criação da Constituição Federal, aprovada em 1988 a Carta foi fundamental para a conquista dos direitos humanos (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2012).

Durante os anos de 1980 o Brasil começa a adotar o que seria a primeira política pública para a saúde da mulher, através do PAIS (Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher), criado em 1983 tem como objetivo atender todas as mulheres em sua integralidade, durante todas as fases da vida (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2012).

Em diversas partes do mundo, as mulheres continuam sendo discriminadas e marginalizadas pelo fato de serem mulheres. Um agravante, no Brasil, é o preconceito enraizado contra mulheres que sofreram violência, que muitas vezes se transformam de vítimas em réis. Essas situações se confirmam quando as mulheres são culpabilizadas, por homens e por outras mulheres, pelo próprio sofrimento advindo da violência, numa clara alusão entre a identificação de nexos causais entre a tentativa emancipatória e o sofrimento imposto pelo castigo nas relações de submissão (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2012, p. 34).

Muitos foram os marcos essenciais que contribuíram com o avanço dos direitos das mulheres, como as lutas feministas que tiveram grande visibilidade durante os anos de 1970 e levou a criação do primeiro instrumento internacional voltado para o direitos humanos das mulheres, através da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (The Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women - Cedaw), adotada pelas Nações Unidas e entrou em vigor a partir do ano de 1981. Outra convenção fundamental foi a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, conhecida também como Convenção de Belém do Pará (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2012). Além disto:

Em 2004, o governo também lançou o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), programa resultante das demandas da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres que envolveu cerca de 120 mil mulheres de todo o País. O documento apresenta 199 ações voltadas para a melhoria das condições de vida das mulheres. Atualmente, uma das principais referências em nível nacional tem sido o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, resultado das demandas da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres que reuniu cerca de 200 mil mulheres em 2008. O documento faz uma revisão do primeiro plano e apresenta 394 ações (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2012, p. 37).

O Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher foi lançado em agosto de 2007 e consiste em um acordo federativo para planejamento de ações e implementações de políticas públicas que consolidem a Política Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher em todo o território nacional. Este pacto nacional apresenta uma estratégia de gestão que orienta a execução das políticas de enfrentamento, através da assistência na garantia dos direitos previstos em lei, objetivando a prevenção e o combate a violência contra a mulher (BRASIL, 2011).

A violência contra a mulher deve ser compreendida levando em consideração as suas diversas dimensões, através das relações de gênero, ou seja, as relações entre homens e mulheres e a própria construção social, política e cultural que abrangem estes papéis dentro das sociedades (BRASIL, 2011). Assim, sendo um fenômeno relacional e social, se dá por meio da violação dos corpos e da saúde psicológica das mulheres. Desta forma, o Pacto ainda contribui para uma compreensão mais ampla sobre algumas considerações importantes que se relacionam com a violência contra a mulher:

Logo, seu enfrentamento, requer a atuação do Estado e da sociedade na promoção de mudanças culturais, educativas e sociais, e é isto que o Pacto Nacional pretende. Tais mudanças só serão efetivas se levarem em conta as dimensões que permeiam, também, a desigualdade social, tais como raça/etnia, geração, orientação sexual/identidade de gênero e classe (BRASIL, 2011, p. 20).

A criação da Lei Maria da Penha é considerada o maior marco na história dos direitos humanos no país. A seguir, será elucidado melhor sobre a lei e sua enorme contribuição para as políticas públicas no Brasil, tendo assim, notoriedade internacional e servindo como norteador para a criação de diversas outras medidas.

3.3 A LEI MARIA DA PENHA

A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) foi sancionada em 7 de agosto de 2006, levando este nome devido ao ocorrido com Maria da Penha Maia Fernandes, uma cearense que passou por duas tentativas de assassinato em 1983, acarretando sérias consequências das quais a tornou paraplégica. Esta lei é uma reparação simbólica do Estado com as mulheres vítimas de violência doméstica, visto que o sistema de justiça do país não tinha medidas como resposta para o agressor até 2002, quando a Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o Estado a tomar medidas (BRASIL, 2006).

Esta lei produziu mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e a familiar contra a mulher, quanto às disposições preliminares, a Lei nº 11.340/2006 diz:

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Art. 3º Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2006, p. 12).

A violência doméstica e a violência familiar contra a mulher também constituem uma violação dos direitos humanos, dentro da Lei as disposições gerais especificam os tipos de danos e as esferas que englobam estes tipos de violência:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual (BRASIL, 2006, p.13).

No que se refere às formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, são cinco formas de violência que constam no Art. 7º (LEI Nº 11.340) sendo estas a violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (BRASIL, 2006, p.14).

Sobre a medida protetiva de urgência, o juiz deverá conceder de imediato, tomando as medidas cabíveis em torno de 48h horas e comunicando ao Ministério Público. A medida pode ser substituída por uma de maior eficácia quando os direitos reconhecidos pela Lei forem considerados ameaçados ou violados para ofendida, da mesma forma que novas medidas podem ser requisitadas perante a solicitação da ofendida ou do Ministério Público, visando à proteção da ofendida, de seus familiares e de seu patrimônio (BRASIL, 2006).

Quanto ao agressor, ao constatada a prática de violência contra a mulher o juiz poderá aplicar o afastamento do local de convivência da ofendida e a proibição de condutas tais quais não deverá se aproximar da ofendida, nem de seus familiares ou de testemunhas, onde será estipulado uma distância mínima entre estes, o que não permite a frequência do agressor em determinados locais que a ofendida frequenta. Da mesma forma não poderá contatar a ofendida e das mesmas pessoas relacionadas a ela, a fim de preservar a integridade física e psicológica das partes envolvidas.

Assim, o descumprimento da medida protetiva é crime, e deve acarretar na detenção de três meses à 2 anos (BRASIL, 2006).

3.4 A PSICOLOGIA NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

O Conselho Federal de Psicologia (2012) produziu as Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência, este é um documento de referência que contribui para a atuação dos psicólogos nos serviços de atenção às mulheres em situação de violência. Um documento norteador que apresenta os princípios éticos, políticos e técnicos que abrangem o âmbito desta rede de atuação. Além disto, através de uma pesquisa sobre a prática da profissão em Programas de Atenção às Mulheres em Situação de Violência, foi apontado que a Lei Maria da Penha é uma das principais referências para a atuação do profissional, assim como a publicação do Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência Contra a Mulher.

Os Centros de Referência da Mulher são um dos setores especializados para lidar com mulheres vítimas de violência, nestes locais são realizados atendimentos às vítimas através do acolhimento psicológico e social, possibilitando a assistência necessária para cada caso. No CRM (Centro de Referência da Mulher) a vítima é orientada de forma a romper com o ciclo de violência, com o objetivo de fortalecer a cidadania da mulher, na busca do acesso e da garantia aos direitos previstos em lei (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2012).

Sobre a atuação dos psicólogos nestas redes de assistência para mulheres em situação de violência, o CFP discorre:

Diante da complexidade da atuação no campo da atenção e da prevenção da violência contra a mulher, as (os) profissionais têm desenvolvido diferentes modos de lidar para superar os desafios no cotidiano. As(os) psicólogas(os) têm tentado lidar com os desafios de modo criativo e ético, buscando garantir a realização do atendimento às vítimas de violência, apesar das limitações dos Serviços e dos Programas que muitas vezes não possibilitam condições adequadas para a realização do trabalho. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2012, p. 24)

Assim, a criação de documentos como este são essenciais, pois servem como diretrizes norteadoras para o exercício da profissão, mas não comportam as

especificidades de cada instituição onde o(a) psicólogo(a) precisa desenvolver o seu trabalho.

Segundo o Conselho Federal de Psicologia (2012), as políticas públicas são constituídas através de diálogos entre o Estado e a sociedade, buscando tencionar os direitos fundamentais de todos os cidadãos, executando medidas para responder às injustiças sociais como fatores fundamentais para a defesa dos direitos humanos. A partir disto o profissional de psicologia pode se basear em políticas públicas e normas técnicas que possibilitem o maior empenho da sua profissão em relação ao atendimento com mulheres em situação de violência, sobre isto o Conselho Federal de Psicologia traz:

A violência contra a mulher é uma infração aos direitos fundamentais do ser humano, além de ser uma transgressão aos tratados internacionais. Isso exige a atenção do profissional de Psicologia nas políticas públicas de atendimento (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2012, p.32).

Além disto, a violência contra a mulher exige do(a) psicólogo(a) repensar as práticas e modelos de intervenção, incorporando a perspectiva social e a articulação com demais práticas e profissionais. Assim o papel do profissional nesta área está relacionado ao olhar mais ampliado, através da escuta voltado pela pessoa em sua integralidade e necessidades, não apenas na situação de violência. Desta forma, promovendo a reflexão nas mulheres que foram vítimas de violência, visando a reconstrução de suas vidas e nas futuras escolhas (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2012).

3.5 UMA ANÁLISE SIMBÓLICA DA LEI MARIA DA PENHA

A compreensão dos significados psicológicos da Lei Maria da Penha, assim como da medida protetiva, para promover um processo de integração e conscientização nas mulheres vítimas de violência, se baseia na análise dos estágios do conto A donzela sem mãos, descritos por Clarissa Pinkola Estés, e na correlação com outros contos e mitos, utilizando as perspectivas de outros autores.

Sobre a perspectiva simbólica, “por existirem inúmeras coisas fora do alcance da compreensão humana é que frequentemente utilizamos termos simbólicos como

representações de conceitos que não podemos definir ou compreender integralmente” (JUNG, 2008, p.19). Portanto, uma análise simbólica se dá através da compreensão acerta dos símbolos e dos fatores simbólicos. O símbolo é um termo ou uma imagem familiar que possui conotações além dos seus significados convencionais, contendo também algo de mais inconsciente (JUNG, 2008):

“(…) uma palavra ou uma imagem é simbólica quando implica alguma coisa além do seu significado manifesto e imediato. Esta palavra ou esta imagem tem um aspecto “inconsciente” mais amplo, que nunca é precisamente definido ou inteiramente explicado. E nem podemos ter esperança de defini-lo ou explicá-lo. Quando a mente explora um símbolo, é conduzida a ideias que estão fora do alcance da razão” (JUNG, 2008, p. 19).

Os contos nos fornecem informações valiosas a respeito de “representações coletivas” conscientes que são manifestadas pelo Inconsciente Coletivo. Para Von Franz (1995, p. 21): “Mais que o Mito, o Conto nos esclarece sobre o desenrolar de uma função compensatória do Inconsciente”.

Para Clarissa Estés (2018, p. 434): “Se uma história é uma semente, então nós somos seu solo”. Logo, ao ouvirmos uma história acabamos de alguma forma vivenciando a experiência contada, em termos junguianos isto seria uma “mística da participação”, para os freudianos é considerado uma “identificação projetiva”.

A donzela sem mãos é um dos contos apresentados por Clarissa Pinkola Estés no livro Mulheres que correm com os lobos (2018). Para a autora, o livro retrata as principais jornadas da psique da mulher, fornecendo material para todos os processos da vida:

"A donzela sem mãos" trata da iniciação da mulher para sua entrada na floresta subterrânea através do rito da resistência. O termo resistir dá a impressão de significar "continuar sem interrupção e, embora essa seja uma parte eventual das tarefas subjacentes ao conto, esse termo também significa "endurecer, tornar firme, robusto, fortalecer". É esse o principal impacto do conto bem como a característica produtiva da longa vida psíquica da mulher. Não continuamos só por continuar. A resistência denota que estamos criando algo (ESTÉS, 2018, p,435).

Também podemos encontrar a análise deste conto no livro O Feminino nos Contos de Fadas (1995), de Marie Louise Von Franz. A autora também contribui com diversas perspectivas dos quais serão retratados no decorrer da análise.

Segundo Estés (2018), o ensino da resistência é intrínseco em toda a natureza instintiva, na mitologia é um rito arquetípico da Grande Mãe Selvagem, encontrado no

inconsciente feminino como em “*la selva subterránea*”. Enquanto estamos neste “local”, ficamos impregnadas de conhecimento e linguagens instintivas e passamos por estágios de descida e transformação e conseqüentemente compreendemos através de uma perspectiva de mundo objetivo. Assim, “Todas as essas decidas, perdas, descobertas e fortalecimentos ilustram a iniciação perpétua da mulher na renovação do aspecto selvagem” (ESTÉS, 2018, p. 436). Von Franz (1995, p. 103) ainda contribui:

“Toda situação obscura em que caímos é um convite à iniciação. Ser iniciado numa coisa significa nela entrar. A primeira etapa consiste geralmente em aceitar uma situação penosa, o que tem um aspecto duvidoso ou negativo: nos deixamos segurar, ou somos “possuídos por algo”.

No conto a donzela passa por alguns dos estágios alquímicos, sendo estes: o *nigredo* (perda), *rubedo* (sacrifício) e *albedo* (chegada da luz). São estágios de descida e transformação que vão ilustrando a iniciação perpétua da mulher (ESTÉS, 2018).

3.5.2 Os estágios psicológicos do conto da donzela sem mãos

O conto começa com um pobre moleiro que passava por dificuldades financeiras acaba sendo enganado e faz um pacto com o Diabo que estava disfarçado de um senhor, este oferece riqueza ao moleiro em troca do que estava atrás do seu moinho, o moleiro concorda achando que se tratava de uma macieira. O acordo é fechado e o senhor diz que retornará em 3 anos para buscar o que lhe pertence. Ao chegar em casa, a esposa do moleiro questiona como se tornaram ricos de repente, pois havia aparecido de forma repentina uma grande quantidade de ouro em sua casa. Quando falou sobre o contrato, a mulher exclama de forma apavorada que não se tratava da macieira, mas sim da filha do casal que estava atrás do moinho, sendo assim, haveria feito um pacto com o próprio Diabo (ESTÉS, 2018).

Durante este período de três anos a jovem não cometeu pecado algum. Chegado o momento em que seria entregue ao Diabo, ela se banha para estar completamente limpa, põe um vestido branco e acaba fazendo um círculo de giz ao seu redor. Quando o Diabo chega, ordena que a menina não esteja lavada, pois a

água impede seu poder perante ela. Um tempo depois ele retorna, mas a jovem havia chorado sobre as suas mãos, isto repele o Diabo novamente, ordenando o moleiro que corte as mãos de sua filha, caso contrário perderia toda a vida ao seu redor (ESTÉS, 2018).

Na terceira vez que o Diabo retorna, novamente a jovem estava lavada em choro, fazendo com que ele seja arremessado para longe e acabe lançando maldições sobre toda a floresta. Daí em diante o pai e a mãe haviam envelhecido de forma demasiada, a jovem decide então se afastar e peregrinar. Em uma noite a jovem chega a um pomar da realeza e acaba caindo no pomar que cercava o pomar, um espírito de branco vem lhe ajudar e auxiliara para que a donzela pudesse ir até as pereiras se alimentar, mesmo sabendo da possibilidade de estar sendo vigiada os ramos se curvavam para ela de forma que ela conseguisse se alimentar sem as mãos (ESTÉS, 2018).

O jardineiro que estava a presenciar a cena reconhece o espírito e acaba não intervindo. A jovem termina de se alimentar e acaba desaparecendo entre os bosques na procura de um abrigo para dormir (ESTÉS, 2018).

O rei que fora avisado sobre os possíveis espíritos brancos que haviam passado por ali na noite anterior decide montar guarda naquela noite, trazendo o jardineiro e um mago para lhe acompanhar. Durante a vigia, à meia noite, a donzela acompanhada do espírito branco retorna com suas roupas em farrapos, suja e sem suas mãos. Novamente a árvore se curva para que a jovem se alimente, neste momento o mago se aproxima e pergunta se os dois espíritos são deste mundo. A donzela responde que em outrora já foi do mundo, mas que não era deste mundo (ESTÉS, 2018). Aqui há uma diferença na descrição do conto entre Estés (2018) e Von Franz (1995), do qual diferencia-se pelo fato de não ser um mago, mas sim um padre que acompanha o rei e o jardineiro.

Ao questionar se a donzela era espírito ou humana, o mago responde ao rei que ela havia de ser ambos, o rei se aproxima e diz que irá cuidar da jovem daquele momento em diante. No castelo, o rei exige que se faça duas mãos de prata para a donzela e se casa com ela (ESTÉS, 2018).

Após um tempo o rei precisa ir à combate em terras distantes, solicitando a sua mãe que cuidasse da jovem rainha que tanto amava e poderia estar grávida. Assim, a jovem rainha dá a luz e a mãe do rei imediatamente envia um mensageiro para que o rei soubesse da notícia. Porém, durante o percurso o mensageiro acaba

descansando na beira de um rio, o que faz com que o Diabo troque a mensagem por outra dizendo que a donzela havia dado à luz uma criança metade cachorro (ESTÉS, 2018). No conto descrito por Von Franz (1995), a rainha-mãe informa ao rei que a donzela deu à luz à uma criança gnomo.

Ao receber a notícia o rei fica horrorizado, mas manda uma mensagem pedindo que tratassem bem a rainha e que cuidassem dela nesse momento. Mais uma vez o rapaz que estava repassando as mensagens acaba por adormecer na beira do rio, assim, o Diabo troca novamente a mensagem como se o rei solicitasse que matassem a rainha e cortassem a língua e os olhos como provas. Dali em diante as trocas de mensagens se tornavam mais apavorantes e o Diabo fazia com que o mensageiro sempre adormecesse quando chegasse próximo ao rio (ESTÉS, 2018).

A mãe do rei não aceita a ordem que havia recebido do rei, utilizando os olhos e a língua de uma corça para substituir a da jovem rainha. Assim, auxilia a donzela na sua fuga, cobrindo a jovem e o bebê com um véu e pede para que fuja para longe. A donzela vagueia até chegar a uma floresta que jamais havia entrado, no entardecer o espírito branco que havia lhe auxiliado anteriormente ressurgue e a conduz até uma estalagem no meio da floresta, onde um outro espírito branco de uma mulher lhe acolhe como rainha (ESTÉS, 2018).

A partir daí se passam cerca de sete anos, as mãos da donzela aos poucos voltavam, inicialmente como mãos de bebês até formar as mãos de uma pessoa adulta. Neste período o rei retorna e acaba descobrindo o que havia acontecido, prometendo que iria jejuar e viajar até onde fosse preciso para encontrá-los, indo em busca de sua amada e seu filho durante estes sete anos. Assim que chega à uma estalagem no meio da floresta, de forma irreconhecível por conta do desgaste e período de procura, uma figura feminina de branco lhe recebe e ao colocar um véu sobre seu rosto acaba por adormecer. Quando desperta, encontra uma linda mulher e uma criança que estavam a sua espera, questionando quem eram recebe uma resposta inesperada, estes dois seriam sua mulher e seu filho. Não acreditando ser sua esposa, a rainha, por ter mãos, a donzela conta que suas mãos cresceram aos poucos, o espírito então vai buscar as mãos de prata como comprovação (ESTÉS, 2018).

Daí em diante os seres da floresta criam um banquete e uma noite festiva para comemorar a união do rei e da rainha. Retornando para o palácio acabam por fazer um novo casamento, do qual suscitou outros filhos (ESTÉS, 2018).

3.5.3 O estágio do pacto sem o conhecimento

No primeiro momento do conto o moleiro é enganado e faz um pacto com o diabo em troca de algo que ele não tem total consciência do que seja, assim, pondo em risco a própria vida. O pai no conto simboliza um ideal coletivo, uma parte da psiquê que teria a função de nos orientar no mundo objetivo (ESTÉS, 2018). Quando o pai vende a alma ao Diabo, nessa transação acaba perdendo boa parte dos seus recursos psicológicos (VON FRANZ, 1995).

Esta conduta do moleiro indica que a anergia vital da psiquê não está mais irrigando uma atitude coletiva consciente, considerando que uma renovação se daria pelo diálogo entre o princípio oposto recalcado, desta forma: “O Diabo personifica o princípio que entrava o progresso e que procura suprimir qualquer evolução futura (a Criança) e assegurar-se de que a vida continuará nos velhos moldes” (VON FRANZ, 1995, p. 56). Numa perspectiva individual isso corresponde à uma situação em que a pessoa se sente presa em uma armadilha, forçando-se a entrar numa relação com o Inconsciente para desenvolver-se através de novas normas:

“Na psicologia arquetípica, consideramos todos os elementos de um conto de fadas como descrições de aspectos da psique de uma única mulher. Portanto, ao examinar essa história, como mulheres, precisamos nos perguntar logo no início qual é o pacto infeliz que toda mulher faz” (ESTÉS, 2018, p. 442).

Nas disposições preliminares são descritos os atributos que abrangem a lei:

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Art. 3º Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

§ 1º O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 2º Cabe à família, à sociedade e ao poder público criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos enunciados no caput.

Art. 4º Na interpretação desta Lei, serão considerados os fins sociais a que ela se destina e, especialmente, as condições peculiares das mulheres em situação de violência doméstica e familiar (BRASIL, 2021, p.13).

As disposições descritas acima informam os direitos das mulheres e reforça a dimensão da lei. Assim, toda mulher tem os seus direitos determinados e garantidos pelo Estado, independentemente do caso, os direitos são assegurados através de leis e políticas públicas presentes na constituição. Apesar disto, a mulher nesta fase não está consciente de seus direitos, pois está completamente inserida no contexto da violência doméstica e precisa conscientizar-se para romper com o ciclo da violência.

Se considerarmos o casamento como um pacto, podemos constatar essa como a representação do 1º estágio descrito por Éstes (2018): o pacto sem o conhecimento. Durante este estágio:

“Embora detestemos admitir o fato, na esmagadora maioria das vezes o pacto mais infeliz das nossas vidas é o que fazemos quando nos privamos da nossa vida de conhecimento profundo em troca de uma vida que é muito mais frágil; quando renunciamos aos nossos dentes, nossas garras, nossos sentidos, nosso faro; quando entregamos nossa natureza selvagem em troca da promessa de algo que parece rico mas que se revela vazio. Como o pai na história, entramos nesse pacto sem perceber a tristeza, a dor e o transtorno que ele trará para nós” (ESTÉS, 2018, p. 442).

Apesar deste pacto ser considerado uma reação autodestrutiva, se observarmos através de uma outra perspectiva, podemos considerar este como um evento que tende a proporcionar uma oportunidade de restauração instintiva na mulher (ESTÉS, 2018). A jovem se torna a heroína do conto e sua tarefa principal consiste em libertar-se por si só da situação que pesa sobre ela.

“A iniciação da mulher começa com o pacto infeliz que ela fez há muito tempo enquanto ainda estava entorpecida” (ESTÉS, 2018, p. 442). Portanto, durante este período a mulher acaba cedendo uma boa parte, senão toda, da sua vida instintiva e criativa.

O casamento é representado pelas “núpcias de morte”, no qual encontramos em diversos mitos, como no rapto de Core por Hades ou no casamento de Psiquê e Eros, é um dos arquétipos centrais dos mistérios femininos do qual representa a dominação patriarcal do masculino:

“O casamento é sempre um mistério, mas também um mistério de morte. Para o homem, o casamento é, antes de mais nada, como bem o concebia o

matriarcado, um sequestro, uma posse, uma violação – e isto é inerente à oposição básica entre o masculino e o feminino” (NEUMANN, 2017, p. 79).

Estés (2018, p. 443) diz que: “Para que possamos crescer, nossa própria natureza instintiva nos força a encarar o fato de que as coisas não são como parecem a princípio ser”, e continua; “Portanto essa perda e essa traição são os primeiros passos vacilantes num longo processo iniciático que nos lança na selva subterrânea”, além disto:

“Embora a perda da inocência das mulheres seja frequentemente ignorada, na floresta subterrânea a mulher que passou pela queda da própria inocência é considerada especial, em parte por ter sido ferida, mas muito mais porque persistiu, porque está se esforçando para entender, para descascar as camadas das suas percepções e defesas a fim de ver o que está subjacente. Neste mundo, sua perda de inocência é tratada como um rito de passagem. Ela é aplaudida por poder agora ver com mais clareza. São-lhe conferidos status e homenagens por ela ter sofrido e continuado a aprender” (ESTÉS, 2018, p. 444).

A autora ainda traz o conceito de “processamento”, considerando o próprio moinho como um processador de matéria-prima, podemos relacionar o ato de moer o alimento como o próprio processamento da matéria-prima dentro da psiquê, através de ideias, pensamentos, sentimentos e percepções que a mulher vai implementando a fim de alimentar e sustentar as diversas iniciativas e impulsos criativos. Apesar disto, no conto o moinho não está em funcionamento, e neste caso nada está sendo processado, não havendo uma compreensão a respeito do conhecimento do mundo real, se o moleiro não tem trabalho, logo, a psique para de se nutrir e não há mais uma importância crítica, como cita a autora “Seu moinho está silenciado” (ESTÉS, 2018, p. 444):

“Quando a mulher renuncia aos seus instintos que lhe indicam a hora certa para dizer sim ou não, quando ela renuncia ao seu insight, sua intuição e outros traços de natureza selvagem, ela se encontra, então, em situações que prometem ouro mas que acabam gerando dor” (ESTÉS, 2018, p. 445)

Simbolicamente, quando recorremos a um certo aspecto da Consciência de forma rotineira e monótona, assim como o trabalho com o moinho, há um esgotamento no que diz respeito as posições intelectuais do espírito humano. Portanto, a Consciência necessita de regularidade e duração, mas não da monotonia, pois a consequência disto se daria por meio de hábitos degeneráveis que causariam a perda

da alma. O moleiro deveria se questionar sobre qual é a causa que gerou a situação no qual se encontrava (VON FRANZ, 1995). O ciclo da violência evidencia este contexto, as fases de tensão, explosão e lua de mel também acontecem de forma rotineira e cíclica, durante estes estágios dentro do relacionamento, a mulher não tem consciência do que está enfrentando.

Von Franz (1995) ainda traz uma compreensão desta parte inicial do conto, através da perspectiva da psique feminina no qual a jovem se torna vítima do pai como consequência de uma constelação específica de um Complexo paterno negativo.

Consideramos que o pai acabou traindo o próprio Inconsciente, e a consequência disto se dá quando a filha acaba se tornando vítima da Sombra do pai, que optou por esquivar-se do conflito no qual se encontrava (VON FRANZ, 1995).

O comportamento do pai gera consequências na vida da jovem donzela: “agora, a dor da mulher chega ao consciente. Quando a dor é consciente, ela pode fazer algo a respeito. Ela pode usá-la para seu aprendizado, para seu fortalecimento, para se tornar uma mulher que sabe” (ESTÉS, 2018, p. 449). A partir de então, a mulher se dá conta da situação de violência no qual está inserida, quando se torna consciente a mulher pode recorrer a Lei Maria da Penha para entrar com a medida protetiva e iniciar a sua jornada.

No decorrer do trabalho a apresentação deste desenvolvimento da conscientização vai sendo elucidado através de um paralelo entre os estágios descritos no conto e os processos que ocorrem quando a mulher em situação de violência decide romper com o vínculo abusivo e recorrer a medida protetiva.

3.5.4 O estágio da mutilação

Após três anos o diabo retorna para buscar a jovem donzela, ela se banha e põe um vestido branco, como que de forma ritualista faz um círculo de giz ao seu redor. O diabo é repellido ao tentar pegá-la e ordena que a donzela não se banhe, isto faz com que a bela donzela tome a forma de uma figura mais animalesca, porém, no dia do retorno acaba por lavar suas mãos de choro e repele o diabo novamente. Pela terceira tentativa, o diabo ordena que o pai ampute as mãos da filha, de modo que não possibilitasse ela chorar em suas próprias mãos, mas novamente a donzela chora e suas lágrimas escorrem pelos braços, impelindo novamente o diabo que desiste e

impõe maldições sobre a família (ESTÉS, 2018). Sobre este 2º estágio, o da mutilação, a autora elucida:

“A filha saiu-se muito bem, considerando-se as circunstâncias. Mesmo assim, ficamos entorpecidas quando passamos por esse estágio e percebemos o que nos foi feito, como cedemos diante da vontade do predador e do pai apavorado de tal forma que acabamos mutiladas” (ESTÉS, 2018, p. 450).

A atitude da donzela confere uma similaridade de comportamento com o mito de Psiquê, ambas não reagem sobre o que lhe foi imposto por seus pais, aceitando os seus destinos mesmo que fossem entregues à um mostro ou ao diabo. Assim, há um efeito arquetípico das núpcias de morte do qual há uma atitude ritualística que confere o ato de sacrifício (NEUMANN, 2017).

Os três anos que se passaram até que o diabo viesse buscar a donzela representa o tempo em que a mulher não tem consciência do fato de ser uma vítima de violência, neste período é simbolizado o tempo que a mulher está a se perguntar o que irá acontecer. No conto de fadas o símbolo do número três representa que a primeira e segunda tentativas não foram bem-sucedidas, mas que na terceira poderia ocorrer. Desta forma, para a autora “Quando chegamos à terceira potência de qualquer coisa, ou seja, ao momento transformador, os átomos saltam, e onde havia lassidão agora existe movimento” (ESTÉS, 2018, p. 451). Aqui se faz necessário também pontuar a relação com os três estágios do ciclo abusivo dentro das relações, as fases de tensão, de explosão e de lua de mel.

Podemos perceber que de forma ritualista a donzela se banha, põe um vestido branco e faz um círculo de giz à sua volta. O ato de banhar-se reflete o ritual de purificação encontrado nas antigas religiões e até mesmo como no exemplo do batismo cristão. Assim, o ato de vestir-se de branco também reflete o traje da descida à terra dos mortos, desta forma “...compreendemos que as descidas nesse conto são aquelas que atraem a mulher para o passado remoto, para suas linhagens ancestrais no mundo subterrâneo”, já o círculo de giz ao seu redor confere ao ato do círculo de proteção mágica e as lágrimas que escorrem pelos seus braços são consideradas a purificação do ferimento (ESTÉS, 2018, p. 452):

“Há épocas na vida de uma mulher em que ela chora e não consegue parar de chorar e, mesmo que tenha o auxílio e o apoio dos seres amados, ainda assim ela chora. Algo nesse pranto mantém o predador afastado, mantém longe a vantagem ou o desejo mórbido que irá destruí-la. As lágrimas fazem

parte do conserto de rasgos na psique pelos quais a anergia vinha vazando sem parar. A questão é séria, mas o pior não ocorre – nossa luz não é roubada – porque as lágrimas nos tornam conscientes. Não há a menor chance de se voltar a adormecer quando se está chorando. O sono que nos chega nessas circunstâncias é apenas repouso para o corpo físico” (ESTÉS, 2018, p. 453).

Desta forma: “É o que faz a nossa heroína; chora tanto que o Diabo não consegue aproximar-se (VON FRANZ, 1995, p. 121). Nos artigos 5º e 6º das disposições preliminares da lei é esclarecido sobre os contextos em que são encontrados os tipos de violência:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Art. 6º A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos (BRASIL, 2021, p.13).

No conto a donzela é violentada pelo pai, que mutila as suas mãos e o faz por ordem do diabo. Simbolicamente o diabo não consegue se aproximar do self selvagem representado pela donzela protegida, sua ordem de mutilação refere-se ao ato de retirar a capacidade psíquica de aprender, segurar e de ajudar, tanto a si quanto aos outros. Este ato da donzela representa uma atitude de libertação, pois segundo Von Franz (1995, p. 120): “No conto a jovem escolhe um caminho de sacrifício heroico, que consiste em manter-se afastada do Diabo renunciando a participar da vida exterior, de preferência a cair em suas mãos”.

A partir daí encontramos a realização do sacrifício de sangue, o 2º estágio descrito como a mutilação, que nos tempos antigos indicava a descida ao mundo subterrâneo, a iniciação do mundo oculto (ESTÉS, 2018). Refere-se aqui a fase de explosão do ciclo da violência no qual a mulher é violentada, é durante este estágio que a mulher começa a se conscientizar sobre a violência doméstica.

Sobre as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, está descrito na lei:

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (BRASIL, 2021, p.14).

O pai amputa as mãos da donzela por ordem do Diabo e para Estés (2018), as mãos amputadas refletem um afastamento forçado e a impossibilidade de se consolar e promover uma cura, desta forma, a donzela se torna incapaz de tomar os caminhos que não pertencem aos padrões antigos. Sendo assim, a donzela sofreu todas as formas de violência citadas na lei, o ato de amputação das mãos mostra que foi retirado dela a sua capacidade de manuseio da situação, além disto a autora ainda contribui:

“A essa altura percebemos na nossa vida que, não importa o que façamos, os planos do nosso ego fogem das nossas mãos. Haverá uma mudança na nossa vida, uma das grandes, independentemente dos belos planos que o ego maestro-temperamental tenha para o próximo movimento. Nosso próprio destino poderoso começa a governar nossa vida – não o moinho, não a vassoura, não o sono. Acabou-se a vida como a conhecíamos. Desejamos ficar sozinhas, talvez que nos deixem em paz. Não podemos mais confiar na cultura paterna dominante. Estamos envolvidas com o primeiro aprendizado da nossa vida verdadeira. Persistimos” (ESTÉS, 2018, p. 459).

Apesar da inclinação em manter-se inconsciente, como uma forma de segurança, a donzela decide buscar uma união mais consciente e profunda com sua natureza instintual. Após o ato de violação a donzela inicia 3º estágio descrito por Estés (2018), o estágio da perambulação:

“As mulheres neste estágio muitas vezes começam a se sentir tanto desesperadas quanto inflexíveis para iniciar essa jornada interior, não importa como. E é o que ocorre quando deixam uma vida por outra, um estágio da vida por outro ou, às vezes, até um amante por nenhum outro a não ser elas mesmas. O progresso da adolescência até a jovem idade adulta, da mulher

casada para novamente solteira, da meia-idade para a velhice, a transposição do limite da velhice, partindo com feridas, mas com um sistema de valores renovado – isso é a morte e a ressurreição. Abandonar um relacionamento ou o lar dos nossos pais, deixar para trás valores ultrapassados, assumir nossa própria identidade e, às vezes, penetrar nas profundezas da selva simplesmente porque precisamos, tudo isso constitui a aventura da descida” (ESTÉS, 2018, p. 461).

Nesta fase a mulher se torna muito vulnerável, a donzela parte para uma jornada desconhecida sem uma segurança psíquica sobre o que virá pela frente, como perdeu as mãos não tem como se agarrar a algo, se apoiar ou se segurar. Os pais, que são considerados aspectos coletivos do ego da psique foram “mortos”, pois a donzela recusa a segurança que lhe ofereciam por consequência do descaso e da irresponsabilidade (ESTÉS, 2018): “Nossa heroína reage a essa herança de forma característica: ao ter consciência do terrível perigo, prefere a mutilação à perda de sua liberdade interior; e mais: sabe que deve deixar os pais” (Von Franz, 1995, p. 119).

No próximo título será descrito na lei como é feita a assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar, elucidando melhor sobre a terceira fase do conto da donzela sem mãos.

3.5.5 Estágios da perambulação e do encontro com o amor no outro mundo.

Segundo Estés (2018, p. 462), no 3º estágio encontramos o arquétipo do andarilho, para a autora “essa passa a ser a imagem viva para as mulheres que iniciaram a viagem. Começamos de certo modo a não mais sentir que fazemos parte da vida que rodopia à nossa volta”. A autora ainda relaciona esta fase com o ato de descida ou rapto ao submundo encontrado no mito de Perséfone:

“No tempo dos grandes matriarcados, compreendia-se que a mulher seria naturalmente levada ao mundo subterrâneo, que seria até lá conduzida pelos poderes do feminino profundo. Era considerado parte da sua formação e uma realização de altíssimo valor que ela adquirisse conhecimento por experiência própria. A natureza dessa descida é o cerne arquetípico tanto do conto de fadas da donzela sem mãos quanto no mito de Deméter e Perséfone” (ESTÉS, 2018, p. 462).

Encontramos esta mesma experiência arquetípica de descida ao mundo subterrâneo no mito do rapto de Perséfone por Hades, do qual representa um elemento simbólico essencial e natural do processo de individuação e separação das

mulheres (KOLTUV, 2020, p. 41): “É como se a natureza, num nível mais profundo e mais antigo, aceitasse a necessidade da violenta revolta da mudança”. Esta experiência de submersão para o mundo subterrâneo, é um aspecto fomentador da transformação da psique feminina.

Aqui presenciamos o retorno ao estágio alquímico de sacrifício, o *nigredo*, psicologicamente o self anterior não é mais o mesmo, pois tende a se tornar mais profundo. É neste momento de vulnerabilidade que, assim como o espírito branco que auxilia a donzela e a árvore que abaixa seu galho para oferecer alimento a ela, a mulher necessitará receber amparo e ajuda para sobrevivência (ESTÉS, 2018).

Sobre a assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar:

Art. 9º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso.

§ 1º O juiz determinará, por prazo certo, a inclusão da mulher em situação de violência doméstica e familiar no cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal.

§ 2º O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica (BRASIL, 2021, p. 16)

Assim, a lei se torna uma garantia dos direitos de sobrevivência da mulher. Quando a vítima passa pelo primeiro estágio, considerado o pacto de um casamento sem conhecimento do agressor e das situações que viriam enfrentar adiante, e, após passar pelo segundo estágio onde sofre a violência, a mulher se direciona para o terceiro estágio na busca por uma nova vida. Para Estés (2018), o ato de descida ao mundo subterrâneo, que representa nosso inconsciente, é uma atitude importante para o processo de individuação nas mulheres:

“A ideia psíquica aqui representada é a de que o mundo subterrâneo, à semelhança do inconsciente dos seres humanos, é um torvelinho com muitas características incomuns e irresistíveis: imagens, arquétipos, seduções, ameaças, torturas e provas. É importante para o processo de individuação da mulher que ela tenha bom senso espiritual, ou que seja auxiliada por um guia que o tenha, para que ela não caia na fantasmagoria do inconsciente, para que ela não se perca no meio desse material torturante e sedutor” (ESTÉS, 2018, p. 464).

Neste retorno ao estágio de *nigredo*, é comum que as mulheres relatem que durante a descida sejam tomadas por uma fonte de nutrição, que não resolve o seu sofrimento, mas como uma energia mana que alimenta a alma e regenera, gerando

forças para prosseguir (ESTÉS, 2018). Assim como Psiquê, após perder o marido Eros, a donzela parte para uma nova jornada, pois “trata-se do momento trágico em que toda alma feminina assume o próprio destino” (NEUMANN, 2017, p. 101).

A donzela chega ao pomar e come o fruto, assim como Perséfone, que come as sementes de romã como ato de independência e reconhecimento da sua transformação no submundo (KOLTUV, 2020). Da mesma forma, para Von Franz (1995), Eva come do fruto proibido, a maçã, intervindo no curso natural dos homens e tornando consciente o que antes era considerado a inconsciência natural do paraíso. Este ato que era visto como uma atitude de traição da mulher em relação ao criador, mais tarde foi compreendido pela igreja como um pecado que possibilitou, através da expulsão do homem do paraíso, a reencarnação de Deus através de Cristo. Sob uma perspectiva semelhante, Emma Jung (2020), compreende a tentação de Eva para comer do fruto da árvore do conhecimento, como uma ordem inconsciente para acabar com a inconsciência que o homem permanecia no paraíso, mas também como o rompimento diante da submissão à natureza.

Na última tarefa imposta por Afrodite, Psiquê também vai de encontro a este ritual de iniciação e descida ao mundo subterrâneo, no qual deve encontrar diretamente com Perséfone (NEUMANN, 2017).

Após a descida ao mundo subterrâneo e desconhecido, assegurada de seus direitos pela lei, a mulher irá encaminhar-se para o 4º estágio descrito por Estés (2018): encontrando amor no outro mundo. Neste estágio a mulher irá receber o auxílio e o amparo necessário através da lei, assegurando seus direitos à segurança e sobrevivência.

O capítulo III da Lei Maria da Penha (2021) elucida acerca do atendimento pelas autoridades:

Art. 10. Na hipótese da iminência ou da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência adotará, de imediato, as providências legais cabíveis.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no caput deste artigo ao descumprimento de medida protetiva de urgência deferida.

Art. 10-A. É direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores - preferencialmente do sexo feminino - previamente capacitados.

§ 1º A inquirição de mulher em situação de violência doméstica e familiar ou de testemunha de violência doméstica, quando se tratar de crime contra a mulher, obedecerá às seguintes diretrizes:

I - salvaguarda da integridade física, psíquica e emocional da depoente, considerada a sua condição peculiar de pessoa em situação de violência doméstica e familiar;

- II - garantia de que, em nenhuma hipótese, a mulher em situação de violência doméstica e familiar, familiares e testemunhas terão contato direto com investigados ou suspeitos e pessoas a eles relacionadas;
- III - não revitimização da depoente, evitando sucessivas inquirições sobre o mesmo fato nos âmbitos criminal, cível e administrativo, bem como questionamentos sobre a vida privada (BRASIL, 2021, P.18).

No conto, este é o estágio em que o rei, o jardineiro e o mago fazem o primeiro contato com a donzela. O rei oferece a sua lealdade e os devidos cuidados ao perceber o estado de desamparo da donzela e que havia sido violentada. Os três representam para Estés (2018), personificações maduras do arquétipo do masculino: o rei representaria a renovação das atitudes e das leis psíquicas da mulher; o mago tem o poder de auxiliar a mulher na sua capacidade de tornar-se o que anseia; e o jardineiro que vigia os pomares tem o papel de cultivar e revitalizar a alma feminina.

O Rei representaria uma dominante do Consciente Coletivo considerado como um símbolo do Self, por sua forma acessível perante o reconhecimento da sociedade. Desta forma, o rei representaria a necessidade de adaptação do Self através da Consciência Coletiva (VON FRANZ, 1995).

Quanto ao atendimento e as providências cabíveis por parte das autoridades policiais:

- Art. 11.** No atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a autoridade policial deverá, entre outras providências:
- I - garantir proteção policial, quando necessário, comunicando de imediato ao Ministério Público e ao Poder Judiciário;
 - II - encaminhar a ofendida ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal;
 - III - fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida;
 - IV - se necessário, acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar;
 - V - informar à ofendida os direitos a ela conferidos nesta Lei e os serviços disponíveis, inclusive os de assistência judiciária para o eventual ajuizamento perante o juízo competente da ação de separação judicial, de divórcio, de anulação de casamento ou de dissolução de união estável (BRASIL, 2021, p. 19)

A figura do rei, do mago e do jardineiro estão atribuídas as instâncias descritas na lei. Desta forma, se analisarmos simbolicamente, o rei que oferece proteção para a donzela, pode ser retratado como sendo a figura de autoridade maior, representando o poder do Estado através da criação da própria Lei e o impacto que gera na sociedade, assim: “O rei ajuda a donzela a viver com maior capacidade no outro mundo da sua missão” (ESTÉS, 2018, p. 475). O animus aparece na psique muitas

vezes representado por essa figura do rei, formulador de leis, princípios e proteção (KOLTUV, 2020).

O jardineiro é considerado o guardião que protege o pomar e, assim como as autoridades policiais têm o dever de proteger as mulheres, também é o jardineiro quem cuida e preserva os pomares do rei. No Art. 10º, a autoridade policial tem o dever de adotar de imediato as providências cabíveis, ato do jardineiro de comunicar o rei, que aqui é representando pelo Estado e a própria lei, relaciona-se com as ações das próprias autoridades policiais, que atuam para o Estado e são considerados mediadores entre a mulher violentada, o Estado e o juiz.

Quanto a função da autoridade policial, está descrito no Art. 12º:

Art. 12. Em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro da ocorrência, deverá a autoridade policial adotar, de imediato, os seguintes procedimentos, sem prejuízo daqueles previstos no Código de Processo Penal:

I - ouvir a ofendida, lavrar o boletim de ocorrência e tomar a representação a termo, se apresentada;

II - colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e de suas circunstâncias;

III - remeter, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, expediente apartado ao juiz com o pedido da ofendida, para a concessão de medidas protetivas de urgência;

IV - determinar que se proceda ao exame de corpo de delito da ofendida e requisitar outros exames periciais necessários; (BRASIL, 2021, p. 20).

Art. 12-C. Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida

§ 2º Nos casos de risco à integridade física da ofendida ou à efetividade da medida protetiva de urgência, não será concedida liberdade provisória ao preso. (BRASIL, 2021, p. 21)

Já o mago, que segundo Estés (2018), tem a sabedoria necessária para se comunicar com o mundo espiritual como também o mundo objetivo, tendo forte relação com o próprio juiz, que também utiliza da sua posição ou do seu poder, para providenciar as medidas cabíveis de proteção às vítimas, atuando em conjunto com as instâncias superiores e tendo o conhecimento necessário para efetivar a lei. No Art. 9º a atitude do juiz é determinar em curto prazo a inclusão da mulher violentada no cadastro de programas assistenciais do governo, além disto, assegurando a situação da mulher como garantia de preservar a sua integridade física e psicológica. Assim, fazendo grande analogia à atitude do mago no conto.

Em diversas histórias há o aparecimento de figuras tutelares, guardiões que permitem ao herói realizar tarefas que seriam impossíveis de se executar sozinho. Estes são considerados representações simbólicas da totalidade da psique, entidades mais amplas que suprem a força que faltava para desenvolver a consciência do ego (JUNG, 2008).

A presença destas três figuras na psique feminina representa um *conjunctio*, termo que pertence a alquimia e significa o atrito entre os opostos, este processo resulta na ativação de energias psíquicas profundas, por meio de *insight* e conhecimentos. Desta forma, este processo gera uma revisão do velho self, possibilitando um ciclo vida-morte-vida (ESTÉS, 2018). Neste sentido a autora ainda contribui:

“Neste episódio, os três atributos masculinos da psique da mulher – o jardineiro, o rei e o mago – são os vigias, os inquiridores e auxiliares na viagem da mulher pelo outro mundo, onde nada é como aparenta ser. À medida que os aspectos régios da psique da mulher no outro mundo descobre ter havido uma alteração na ordem do pomar, ele volta com o mago da psique, que tem condições de entender questões do mundo humano bem como do espiritual, que pesquisa as distinções entre os fatores psíquicos e o inconsciente” (ESTÉS, 2018, p. 472).

Sendo assim, essas três instâncias: o Estado e a própria Lei, o juiz e as autoridades policiais e logo; o rei, o mago e o jardineiro. Representam de forma objetiva e psíquica, fatores de proteção para as mulheres vítimas de violência. Além disto, nos estágios seguintes são apresentadas as novas figuras de proteção que aparecem no conto.

3.5.6 O estágio de tormento da alma.

Após casar-se com a donzela, o rei acaba partindo para um reino distante. Neste 5º estágio, o tormento da alma, a distância entre o rei e a donzela representa uma recua de energia psíquica, que se afasta no sentido de pôr à prova a nova postura psíquica da mulher. Para Estés (2018, p. 480):

“A partida do rei é um leitmotiv universal nos contos de fadas. Quando sentimos, não que o apoio nos foi retirado, mas uma redução da proximidade desse apoio, podemos ter certeza de que um período de provas está prestes

a começar, período no qual será exigido de nós que nos nutramos somente da memória da alma até que o amado retorne...”

A relação com o mito de Eros e Psiquê aqui também parte do contexto de separação entre os cônjuges. Neste mito, há novamente um sacrifício que gera uma perda, Psiquê em uma atitude impulsionada pelas forças matriarcais descobre quem realmente era seu marido, ao acabar queimando ele com o óleo do candeeiro ela rompe com o juramento que havia feito para se casar, esta atitude de traição faz com que Eros fuja e Psiquê a partir de então sai da sua posição de vítima: “Conhecer, sofrer e sacrificar-se são idênticos nessa situação amorosa em que a feminilidade tornou-se consciente através do encontro” (NEUMANN, 2017, p. 99).

Quando o rei parte, solicita para a sua mãe que cuide e proteja a jovem rainha e do bebê que está gestando, compreende-se aqui o comprometimento do mesmo com ela. A donzela está grávida, a união entre os fatores de proteção e a mulher geraram uma nova vida, podemos considerar esta gestação e o nascimento da criança como o decreto da medida protetiva de urgência. Para Éstes (2018, p. 482), “dar à luz é um equivalente psíquico de adquirir identidade, um self, ou seja, ter uma psique não dividida”.

Acerca dos procedimentos da medida protetiva de urgência:

Art. 19. As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida.

§ 1º As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas de imediato, independentemente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público, devendo este ser prontamente comunicado.

§ 2º As medidas protetivas de urgência serão aplicadas isolada ou cumulativamente, e poderão ser substituídas a qualquer tempo por outras de maior eficácia, sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados.

§ 3º Poderá o juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida, conceder novas medidas protetivas de urgência ou rever aquelas já concedidas, se entender necessário à proteção da ofendida, de seus familiares e de seu patrimônio, ouvido o Ministério Público.

Art. 20. Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva do agressor, decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial.

Parágrafo único. O juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no curso do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.

Art. 21. A ofendida deverá ser notificada dos atos processuais relativos ao agressor, especialmente dos pertinentes ao ingresso e à saída da prisão, sem prejuízo da intimação do advogado constituído ou do defensor público (BRASIL, 2021, p. 25).

Neste estágio do processo psíquico a mulher pode entrar em um estágio de *enantiodromia*, um período de modificação dos desejos, das experiências e das visões. Esta é uma fase em que a vida psíquica da mulher sofre alterações, e assim como a donzela espera um novo Self-criança, a mulher entra em um processo de renovação do self, um nascimento que acontece à nível interior (ESTÉS, 2018).

A mãe do rei também representa outro aspecto do cuidado no inconsciente das mulheres, assim, a rainha-mãe ou o arquétipo da Grande Mãe, ao que confere ao estilo da deusa Deméter, trabalha as qualidades psíquicas dos cuidados maternos (ESTÉS, 2018). Em vista disto:

“Uma vez nascido o Self-criança, a velha rainha-mãe envia o rei uma mensagem sobre o bebê da jovem rainha. O mensageiro parece estar bem de saúde mas, à medida que se aproxima de um córrego, ele sente cada vez mais sono, adormece, e o diabo aparece. Essa é uma pista que nos diz que haverá novamente um desafio à psique durante sua próxima tarefa no outro mundo” (ESTÉS, 2018, p. 484).

O Diabo aqui representa uma irritação ou incomodo psicológico que atormenta as mulheres, como um predador psíquico que encontramos com frequência na psique, bem como na nossa realidade social. Estés (2018, p. 486), ainda ressalta:

“A donzela sem mãos revela como o predador tem a capacidade de distorcer as percepções humanas e as compreensões vitais de que precisamos para desenvolver dignidade moral, amplitude de visão e uma ação solidária na nossa vida e no mundo[...], o diabo permite a vida, mas procura impedir que a mulher refaça o vínculo com os profundos conhecimentos da Mulher Selvagem, aquela natureza instintual que possui uma precisão automática de percepção e de ação”.

O ato do Diabo trocar as mensagens relaciona-se com uma conduta de intervenção, considerando os fatores históricos e culturais, isto se relaciona diretamente com a missão psíquica da mulher neste processo de descida e conscientização. Além de que, a maioria dos aspectos culturais que atuam através de um pensamento coletivo dominante representam este diabo psíquico das mulheres. Logo, o diabo é este predador intrapsíquico que enraíza um medo coletivo na psique das mulheres e causa a perda da natureza instintual (ESTÉS, 2018). Para Von Franz (1995), quando a espontaneidade não é suficiente para produzir um ato instintivo a força de vontade deve substituir esta atitude, assim, esta “regra coletiva”, ou neste caso o diabo, acaba substituindo o instinto: “E a busca inquieta prossegue, como se o

Diabo estivesse se agitando por detrás, não querendo deixá-las em paz” (VON FRANZ, 1995, p. 128).

Nesta fase, o predador psíquico também é atraído pela liberdade recém-adquirida, pelo espírito de renovação e pela própria conscientização, assim que percebe alguns desses aspectos ele costuma aparecer, como o Diabo retorna para interferir nas trocas de mensagens, assim, “O diabo na história simboliza qualquer coisa que corrompa a compreensão dos profundos processos femininos” (ESTÉS, 2018, p. 488). Através de uma perspectiva da Psicologia individual, o Diabo para von Franz (1995, p. 122), seria a “personificação de um conteúdo inconsciente que escapa da Libido para a Consciência”.

Estés (2018), ainda esclarece sobre o diabo psíquico como um fator cultural e social enraizado na psique das mulheres:

“As estratégias usadas consistem na difamação dos objetivos da protagonista, no emprego de linguagem depreciativa para a descrição da vítima, nas críticas irracionais, nas proibições e nas punições injustificáveis. São esses os meios pelos quais o predador troca as mensagens vitalizantes entre a alma e o espírito por mensagens letais que nos cortam o coração, despertam nossa vergonha e, o que ainda é mais importante, nos deixam inibidas para tomar atitudes corretas” (ESTÉS, 2018, p. 487).

O nascimento de algo novo faz com que complexos negativos surjam, buscando desestabilizar a nova ordem. Estes são sistemas de sentimentos e ideias mantidos na psique e que impõem suas vontades ao ego. Assim, em um processo analítico seria necessário alcançar a conscientização, através dos pensamentos inferiores e das lembranças dos impulsos (ESTÉS, 2018).

A rainha-mãe representando o arquétipo da Grande Mãe reconhece este predador psíquico por conta da sua natureza selvagem e instintiva, ela reage contra esse ataque e o enfrenta, tomando a atitude de fazer o que sente ser necessário para proteger a mulher e o bebê. A rainha-mãe protege a donzela e o bebê com um manto branco e a designa para um novo local de iniciação, a floresta (ESTÉS, 2018). Quando a mulher se cobre com um véu costuma entrar em contato com sua força criativa feminina. O véu tem um significado simbólico que representa a privacidade e o ato de ocultação (KOLTUV, 2020):

“Há uma surpreendente força espiritual na mulher coberta por véus. Ela inspira tanta admiração que todos que a encontram param onde estão, tão perplexos com a sua aparição que só podem deixá-la em paz. A donzela no

conto é coberta com véus para sair em viagem, tornando-se, portanto, intocável. Ninguém ousaria erguer seu véu sem sua permissão. Depois de todas as atitudes invasoras por parte do demônio, ela está mais uma vez protegida. As mulheres também sofrem essa transformação. Quando se encontram cobertas por véus, as pessoas sensatas sabem que é melhor não invadir seu espaço psíquico” (ESTÉS, 2018, p, 494).

A atitude de proteção da rainha-mãe para com a donzela e o recém-nascido, intervindo na ordem que lhe foi determinada, para Neumann (2017, p. 140): “Originalmente, ‘ajudar’ sempre significa uma *participation mystique*, a qual pressupõe e cria uma identidade e, por isso, acarreta riscos”. Isto pode ser evidenciado no decorrer dos seguintes artigos da lei:

Art. 23. Poderá o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas:
I - encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento;
II - determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor;
III - determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos;
IV - determinar a separação de corpos (BRASIL, 2021, p. 27).

Art. 25. O Ministério Público intervirá, quando não for parte, nas causas cíveis e criminais decorrentes da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Art. 26. Caberá ao Ministério Público, sem prejuízo de outras atribuições, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, quando necessário:
I - requisitar força policial e serviços públicos de saúde, de educação, de assistência social e de segurança, entre outros;

Art. 28. É garantido a toda mulher em situação de violência doméstica e familiar o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado (BRASIL, 2021, p. 29).

A atitude da rainha-mãe de cobrir a donzela assegurando a sua identidade, bem como o ato de encaminhá-la para um local do qual ela estará mais segura, pode ser considerada através destas providências da medida protetiva de urgência, que é o fator principal de proteção para as mulheres vítimas de violência. No Art. 23º encontramos esta atitude de proteção da mulher por meio da determinação da separação dos corpos e da conduta de afastamento do lar: “Ainda que uma parte da vida tenha sido exteriormente perdida, a vida interior e o sentido foram preservados. É esta ao mesmo tempo a tragédia e a aventura dessas mulheres” (VON FRANZ, 1995, p. 132). O Conselho Federal de Psicologia (2012), na publicação das referências técnicas para atuação dos psicólogos, aborda a respeito da importância na questão do sigilo nas instituições que acolhem a mulher violentada.

Neste momento do conto podemos encontrar um segundo *rubedo*, mais um ato de sacrifício onde a donzela deverá persistir para se afastar das forças que lhe sustentavam no passado, prosseguindo para ir de encontro com as próximas tarefas que surgirão (ESTÉS, 2018).

3.5.7 Os estágios do reino de mulher selvagem e do noivo e noiva selvagens.

Novamente presenciamos o arquétipo do eremita até a chegada da jovem rainha à uma floresta, este é um período de retiro ao encontro com a Natureza, como uma atitude naturalmente introvertida do arquétipo do eremita, é um renúncio à vida ativa por um tempo de isolamento, como forma de experimentar uma relação com seu interior pessoal (VON FRANZ, 1995). A partir da chegada da donzela na floresta ela se encontrará no 6º estágio descrito por Estés (2018), o estágio do reino da Mulher Selvagem.

Nesta floresta selvagem, que podemos considerar como sendo o próprio arquétipo do campo iniciático sagrado, a donzela recebe novamente o auxílio do espírito branco, como anteriormente, após passar pelo primeiro ato de sacrifício, ou *rubedo*. Além do mais, recebe também o apoio de uma mulher que fornece abrigo a ela em uma estalagem, no qual irá permanecer por um período aproximado de sete anos (ESTÉS, 2018).

Considerando que estas duas figuras que aparecem para ajudar a donzela sejam representados na lei, encontramos a equipe multidisciplinar, estes desempenham a função de acompanhamento e prestação de serviços à mulher violentada no decorrer do processo:

Art. 29. Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que vierem a ser criados poderão contar com uma equipe de atendimento multidisciplinar, a ser integrada por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e de saúde.

Art. 30. Compete à equipe de atendimento multidisciplinar, entre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito ao juiz, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, mediante laudos ou verbalmente em audiência, e desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas, voltados para a ofendida, o agressor e os familiares, com especial atenção às crianças e aos adolescentes.

Art. 31. Quando a complexidade do caso exigir avaliação mais aprofundada, o juiz poderá determinar a manifestação de profissional especializado, mediante a indicação da equipe de atendimento multidisciplinar.

Art. 32. O Poder Judiciário, na elaboração de sua proposta orçamentária, poderá prever recursos para a criação e manutenção da equipe de atendimento multidisciplinar, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (BRASIL, 2021, p.30).

Quanto as disposições finais da lei, encontramos mais informações que contribuem para esta perspectiva:

Art. 34. A instituição dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher poderá ser acompanhada pela implantação das curadorias necessárias e do serviço de assistência judiciária.

Art. 35. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências:

I - centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar;

II - casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar;

III - delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar;

IV - programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar;

V - centros de educação e de reabilitação para os agressores.

Art. 36. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão a adaptação de seus órgãos e de seus programas às diretrizes e aos princípios desta Lei (BRASIL, 2021, p.32).

Esta é uma fase do conto que coincide com o período em que a mulher está na casa abrigo ou quando está em acompanhamento pelos profissionais do Centro de Referência da Mulher. Durante este período em que a donzela vive na estalagem da floresta, suas mãos começam a crescer novamente. Isto pode ser interpretado como uma metáfora de crescimento psíquico e amadurecimento das camadas de defesa e proteção psicológicas (ESTÉS, 2018). Para Von Franz (1995), este é um período de cura que nasce do inconsciente, através de um processo natural de crescimento interior, sendo assim, o sofrimento e a sentimento de solidão seriam condições naturais do processo. Além disto:

“À medida que praticamos o profundo conhecimento instintivo acerca de todo tipo de aprendizado que obtemos durante toda uma vida, nossas mãos voltam a nós, as mãos da nossa feminilidade. É divertido às vezes observar a nós mesmas quando entramos pela primeira vez num estágio psíquico imitando o comportamento que gostaríamos de aprender. Mais tarde, à medida que prosseguimos, atingimos nossa própria fase espiritual, nosso próprio formato de direito” (ESTÉS, 2018, p. 502)

A mulher nesta fase precisa mergulhar nas profundezas de si, a donzela encontra na floresta esse local de retiro onde é acolhida e começa uma nova vida:

“Retirar-se na floresta significaria aceitar conscientemente a solidão e enfrentá-la” (VON FRANZ, 1995, p. 128). Quando a mulher está neste espaço virgem da psique ela cede ao impulso de uma certa obediência cega que a vida social exige, deste modo, essa atitude de distanciamento permite o surgimento da verdadeira natureza instintiva, por retomar à uma camada primitiva da psique. Assim, as energias psíquicas são retiradas da vida exterior para se reorganizar e restaurar uma nova energia psíquica voltada para a interiorização (VON FRANZ, 1995):

“A floresta é o lugar onde as situações começam a mudar para a heroína, e a revivescer; trata-se, portanto, de uma regressão criadora em que ela terá a experiência da realidade divina, da qual sairá não só curada, mas incomparavelmente enriquecida” (VON FRANZ, 1995, p. 129).

Nesta fase a mulher sente que conseguiu recuperar o poder e o controle sobre a própria vida. A donzela recebeu o auxílio necessário das forças intrapsíquicas e amadureceu profundamente, se encontra agora no seu self e o conseguiu através de muita resistência. A mulher agora está se encaminhando para o estágio final (ESTÉS, 2018). A heroína deixa a sociedade por necessidade, mas isto a leva ao encontro com a sua própria verdade: “É somente quando esta estiver assegurada que poderá retornar à vida exterior sem correr o risco de perder sua identidade” (VON FRANZ, 1995, p. 131).

No 7º e último estágio, acontece o reencontro do rei com a donzela. Após sete anos o rei que viveu exilado e, também, passou pelo encontro com o seu self-selvagem, reencontra a donzela como uma nova mulher, agora com suas mãos e um filho crescido:

“Aqui no final, a mulher que cumpriu a descida completa reuniu uma vigorosa quadrinidade de forças espirituais: o *animus* do rei, o Self-criança, a velha Mãe Selvagem e a donzela iniciada. Ela foi lavada e purificada muitas vezes. O desejo do seu ego por uma vida segura já não é mais seu guia. Agora, esse quatérnio rege a psique” (ESTÉS, 2018, p. 504)

Como *animus*, o rei representa a adaptação da mulher à vida coletiva, mas para isto, ele também deve se transformar, passando pelos mesmos estágios que a donzela percorreu: “Reorientar o animus dessa maneira é iniciá-lo na missão pessoal da mulher” (ESTÉS, 2018, p. 504).

No conto abordado por Von Franz, o ato de esconder o rosto do rei significa um afastamento de ideias religiosas e dos princípios morais coletivos, onde a mulher tem

a possibilidade de reagir conforme a sua verdade própria (VON FRANZ, 1995). Ao entregar as mãos de prata para o rei, o Consciente Coletivo demonstra a sua adaptação:

“Isso significa que aqui os princípios do comportamento não são verdadeiramente negativos, porque não conduzem para além dos limites. Essas leis, benéficas em certa medida, não devem ser postas em causa, senão com tato e discernimento, pois fornecem a essa mulher uma regra de conduta e uma ordenação moral que a protegem e impedem que se sinta só e desnorçada” (VON FRANZ, 1995, p. 135).

O que acontece aqui é o encontro entre os opostos, onde o rei e a rainha se encontram numa harmonia entre atitude e sentimento, assim “A dolorosa e mutilante passividade, que era figurada pela perda das mãos, transformou-se em uma discricção consciente, aspecto positivo da privação anterior” (VON FRANZ, 1995, p. 136). Para Neumann (2017, p.160): “Na fase de individuação, o feminino também se liberta da terminação através do encontro com o masculino e, orientada pela experiência do self, torna-se um self feminino”. Sendo assim, no processo de individuação o self é experimentado como centro da totalidade da psique e para isto uma das maiores dificuldades da psicologia feminina se daria através do desenvolver-se para o masculino e, também sobre ele, representando uma luta entre o inconsciente e o consciente (NEUMANN, 2017).

Ao contrário dos mitos e contos de heróis que representam altos feitos para a psicologia masculina, aqui a heroína se afasta da vida coletiva, para a psicologia feminina este conto representa uma relação mais passiva com o processo que se sucede. A cura, bem como a reparação da violação, se deu através deste tempo de iniciação, o afastamento permitiu experiências interiores profundas no quais resultaram na união entre os princípios femininos e masculinos opostos representados pelo Rei e pela Donzela, este processo gerou um enriquecimento da personalidade (VON FRANZ, 1995).

Por fim, o conto da donzela sem mãos traz uma vasta compreensão em relação a psicologia feminina e a busca pela cura e pela individuação nas mulheres, após terem seus direitos e muitas vezes seus corpos também violentados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante a contribuição que Clarissa Estés (2018) e Von Franz (1995) trazem acerca do conto da donzela sem mãos, foi possível realizar uma amplificação simbólica da Lei Maria da Penha.

A partir do momento em que a mulher identifica a situação de violência, assim como a donzela, é necessário a iniciativa de um afastamento do local da violência doméstica e a busca por auxílio, para que então, se tenha o rompimento do ciclo de violência. Portanto, quando a mulher solicita a medida protetiva, a Lei Maria da Penha irá assegurar a sua proteção e tomará as devidas providências conforme a especificidade dos casos. A partir disto, a mulher receberá o auxílio de todas as instâncias que atuam em conjunto para garantir os direitos das vítimas. Assim como a donzela recebe a ajuda de diversas pessoas, a vítima de violência doméstica também será acolhida por uma equipe multiprofissional que deverá encaminhá-la para a rede de atuação, conforme é especificado na lei.

Todo esse percurso gera consequências na vida da mulher como um todo. No conto a donzela percorre uma longa jornada, demorando anos para chegar ao que consideramos como a individuação. O caminho que a vítima de violência doméstica irá percorrer é muito similar ao da donzela, mas para alcançar uma proteção psíquica, além da proteção física garantida pela medida protetiva, são necessários alguns estímulos no decorrer do atendimento multiprofissional.

Durante a apresentação dos estágios foram feitas analogias entre as competências que aparecem na lei, como as autoridades, a equipe multiprofissional e o papel do próprio Estado, em vista das figuras e personagens que surgem no conto. Isto possibilitou relacionar a lei aos processos percorridos pelas mulheres vítimas de violência doméstica, na busca do rompimento do ciclo de violência e da sua emancipação psicológica, bem como o fortalecimento psíquico para a possibilidade de uma nova vida.

A partir do momento que a vítima se conscientiza da situação de violência doméstica, normalmente na fase de explosão do ciclo de violência, ela decide romper com este ciclo para iniciar uma nova jornada. Assim como a donzela do conto, os estágios propostos por Clarissa Estés (2018) se adequam aos processos que a mulher vai enfrentando durante toda essa jornada.

Muitas mulheres, mesmo após passarem por todo o processo da medida protetiva e do atendimento psicossocial, acabam retornando para o agressor ou podem reviver uma nova relação abusiva. Um dos grandes motivos que gera este comportamento é a falta de conscientização acerca dos fatores que englobam toda a violência de gênero, fatores estes que foram perpetuadas por uma ideologia patriarcal através dos tempos e estão enraizados na cultura e na psique coletiva da sociedade.

Se faz necessário, através do acompanhamento psicossocial, repensar estratégias que vão além da proteção para as vítimas, por meio de palestras e encontros que geram debates e possibilitem abordar as questões de desigualdade de gênero e violência doméstica. Além disto, outros fatores como dependência emocional ou financeira também podem acarretar a volta da vítima para o relacionamento com o agressor. Assim, é fundamental ampliar a compreensão de cada caso em específico, através da troca e da discussão dos casos entre a equipe multiprofissional, com o objetivo de formular as estratégias e as abordagens para cada situação.

É importante que a equipe de atendimento multiprofissional, sobretudo os psicólogos que prestam atendimento as vítimas, levem em consideração o resgate da autoestima dessas mulheres, a fim de preservar a sua integridade psíquica. Além disto, se faz necessário também buscar compreender, através das diversas abordagens que estudam a psicologia feminina e as relações de gênero, como se dá a emancipação e o fortalecimento psíquico destas mulheres.

A equipe multiprofissional deve ter conhecimentos acerca das leis, normas e decretos que integram a Lei Maria da Penha, bem como tomar como base as diretrizes propostas pelo Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e as referências técnicas para atuação, a fim de efetivar o seu papel de atuação para o devido suporte e proteção, bem como uma plena orientação para as vítimas, tendo em vista a necessidade que temos como mulher de compreender nossos direitos que são assegurados perante a lei.

O(a) psicólogo(a), deve, portanto, repensar sobre as práticas de intervenção, afim de agregar novos modelos conforme a necessidade e a situação particular de cada caso. Para isto, se faz necessário incorporar a situação subjetiva da vítima sempre através de uma perspectiva cultural e psicossocial. Em vista das intervenções psicossociais articuladas da rede, o psicólogo que atua nesta área deve ser um gerador de discussões, buscando ampliar a visão acerca dos contextos e das demandas.

Portanto, o papel do psicólogo aqui se dará também mediante uma reflexão necessária na vítima, acerca da situação de violência de gênero e doméstica, a fim de promover uma maturidade psicológica nestas mulheres para que possam reconstruir suas vidas. Logo, as alternativas para isto são diversas. A mulher sente-se mais aberta para enfrentar seus traumas quando recebe o apoio e o acompanhamento de outras mulheres, na própria lei cita a preferência de atendimento às vítimas por profissionais do sexo feminino. Além disto, é compreensivo o grande valor existente nas trocas promovidas em grupos de mulheres vítimas de violência doméstica, podendo a partir daí, gerar discussões nos grupos que possibilitarão compreender os fatores que levam à desigualdade e a violência de gênero, bem como a busca por um fortalecimento psicológico das vítimas através das relações de trocas entre elas.

Por fim, foi possível constatar, através da amplificação simbólica da lei, que o conto da donzela sem mãos pode servir como recurso terapêutico no atendimento às vítimas, em vista da profundidade de significados que o enredo traz. Desta forma, os conteúdos abordados pelo conto, bem como os obstáculos que são enfrentadas pela personagem, servem como pressuposto para abordar questões de violência doméstica com as usuárias das instituições que acolhem as vítimas.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. v. 2.

BRASIL. **Lei Maria da Penha - Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006** / Ministério Público do Trabalho, Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região, Projeto PCDLegal. Vitória: Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região, 3ª Edição, Revista, Atualizada e Complementada com a lei nº. 14.149, de 05/05/21 e com a lei complementar nº. 150, de 1º/06/15). Acesso em: http://www.pcdlegal.com.br/leimariadapenha/wp-content/themes/pcdlegal/media/downloads/lei_maria_da_penha.pdf

BRASIL. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Brasília, 2011. Acesso em: https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/hp/acervo/outras-referencias/copy2_of_entenda-a-violencia/pdfs/pacto-nacional-pelo-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres

CAMPBELL, Joseph. **Deusas: o mistério do divino feminino**. 5ª. ed. São Paulo: Palas Atenas, 2015.

CFP. **Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência** / Conselho Federal de Psicologia. 1ª ed. Brasília. 82 p. 2012.

ESTÉS, Clarissa Pinkola. **Mulheres que correm com os lobos**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2018.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Acesso em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?format=pdf&lang=pt>

HARDING, M. Esther. **Os mistérios da mulher**. 1ª. ed. São Paulo: Paulus, 1985.

JACOBI, Jolande. **Complexo, arquétipo e símbolo: na psicologia de C. G. Jung**. 4ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

JUNG, C. G. **A prática da psicoterapia**, 16ª Ed, Petrópolis, Vozes, 2013.

JUNG, C. G. **O homem e seus símbolos**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

JUNG, C. G. **Os Arquétipos e o Inconsciente Coletivo**, 2º Ed, Petrópolis, Vozes, 2000.

JUNG, C. G. **Psicologia e o Inconsciente**, 24º Ed, Petrópolis, Vozes, 2014.

JUNG, Emma. **Animus e anima**: Uma introdução à psicologia analítica sobre os arquétipos do masculino e feminino inconscientes.. 2ª. ed. São Paulo: Cultrix, 2020.

KOLTUV, Barbara Black. **A Tecelã**: Uma Jornada Iniciática Rumo à Individuação Feminina2020. São Paulo: Cultrix, 2020.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. *Rev. Katál*, Florianópolis, v. 10, p. 37-45, 2023. Acesso em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/#>

MINAYO, M. C. DE S. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 3, p. 621–626, mar. 2012.

NEUMANN, Erich. **Eros e Psiquê**: Amor, Alma e Individuação no Desenvolvimento do Feminino. 2ª. ed. São Paulo: Cultrix, 2017.

VON FRANZ, Marie Louise. **O feminino nos contos de fadas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.